

Benevides diz que aumento dos parlamentares vai ser mantido

BRASÍLIA — O presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), confirmou ontem que vai manter o aumento de 64,45% dado aos parlamentares, que, agora, ganham Cr\$ 2,58 milhões por mês. "O índice foi uma média obtida a partir da medida provisória 296", explicou o senador. Benevides evitou polemizar com o presidente da Força Sindical, Luiz Antônio Medeiros, que pretende pedir à Justiça a anulação do aumento, aprovado na semana passada pela direção do Congresso. O presidente da Câmara dos Deputados, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), está em Washington (EUA).

Benevides argumentou que os aumentos dados aos funcionários do Poder Executivo pelo projeto de lei aprovado pelo Congresso chegaram em alguns casos a superar os 100% — como ocorreu para os diplomatas e DAS (servidores de nível superior). Benevides não soube explicar, no entanto, como foi obtido o índice de 64,45%. Ele disse que o cálculo foi feito pela Câmara. "O



Mauro Benevides

aumento concedido aos servidores do Poder Legislativo representou a concessão de aumento linear nos moldes do estabelecido pelo Poder Executivo que incidiu sobre as tabelas já reajustadas

com base na medida provisória 296", tentou esclarecer o senador.

"Imoralidade" — Medeiros criticou principalmente a imoralidade do aumento dos parlamentares, já que deputados e senadores têm prerrogativa constitucional para reajustar os próprios vencimentos. Enquanto isso, atacou o sindicalista, o salário mínimo é o mesmo desde o início do ano. Benevides contra-ataca, dizendo que ele defende o aumento do salário mínimo e da política salarial. "Se o Congresso não aprovou isso, ainda, a responsabilidade não é do Senado", disse o senador.

Embora com receio de se conflitar com os deputados, o senador explicou que cabe a Câmara iniciar a tramitação desses projetos. Mas prometeu: "Como presidente do Senado, garanto que em 48 horas os projetos originários da Câmara tratando sobre salários serão votados em plenário". Benevides acentuou, por fim, que o projeto que aumentou os salários dos servidores tramitou no Congresso em apenas nove dias.